



CONGRESSO NACIONAL

MPV 899
00063

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 23/10/2019	proposição MPV 899 /2019
Autor Deputado Carlos Zarattini	nº do prontuário 56398

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☒ Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se aos art. 13 a seguinte redação:

“Art. 13. A transação somente será celebrada se constatada a existência, na data de publicação do edital, de ação judicial ou recurso administrativo pendente de julgamento definitivo, relativamente à tese objeto da transação.”

JUSTIFICAÇÃO

A previsão contida no art. 13 da MPV, que permite a transação no caso de haver “embargos à execução fiscal”, amplia desmesuradamente as hipóteses de conflito judicial justificador dessa transação.

Nos demais casos, a controvérsia jurídica acha-se fundada em razões de fato ou de direito, que interferem na própria existência da obrigação tributária.

Já os embargos à execução, como o nome já diz, tem natureza autônoma, como parte de um processo de execução, onde a liquidez e certeza do direito da Administração Tributária e seus fundamentos já estão constituídos. Ao devedor, em sede de embargos, cabe apresentar suas alegações de fato ou de direito, mas não se configura a “controvérsia” que a MPV 899 pretende usar como causa justificadora da transação.

Assim, deve ser suprimida a expressão “embargos à execução fiscal” no art. 13.

Sala da Comissão,

Deputado Carlos Zarattini
PT/SP



CD/19339.17805-51